

## FOLHA DE INFORMAÇÃO

A Congregação da EACH, em sua 117ª Sessão Ordinária realizada em 13 de maio de 2020, deliberou por apoiar a manifestação abaixo, elaborada por Comissões de Pesquisa da Universidade de São Paulo.



**Profa. Mônica Sanches Yassuda**

Diretora

### **Nota das Comissões de Pesquisa da Universidade de São Paulo sobre a chamada de bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC)/2020-2021**

O Conselho de Pesquisa da Universidade de São Paulo vem a público manifestar seu veemente repúdio aos editais PIBIC, PIBITI e PIBIC-EM, lançados pelo CNPq em 23/04/2020. Neles se declara expressamente que as bolsas de Iniciação Científica, com vigência de agosto de 2020 a julho de 2021, deverão estar vinculadas a uma das chamadas "Áreas de Tecnologias Prioritárias" do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), indicadas em sua Portaria no 1.122 de 19/03/2020. Ainda que o texto dos editais tenha incluído posteriormente, baseado na portaria no 1.329 de 27/03/2020, a pesquisa básica, as humanidades e as ciências sociais, o que só ocorreu após reações de associações científicas e da sociedade civil, a nova portaria continua conferindo a esses domínios posição subordinada e, no máximo, subsidiária, uma vez que os projetos das áreas de humanidades devem explicitar sua compatibilidade com "o requisito de aderência" às áreas de tecnologias consideradas prioritárias. Vale ainda notar que ciências sociais aplicadas e artes não são sequer mencionadas, estando excluídas da possibilidade de participação no referido edital.

Tal resolução fere o princípio básico de isonomia entre as três grandes áreas do conhecimento – as ciências exatas, biológicas e humanas –, princípio que vem norteando há décadas a política científica das agências brasileiras de fomento; áreas que contribuem, todas elas, para a expansão e consolidação do saber em seus diferentes campos disciplinares. Restringindo

drasticamente suas prioridades, o MCTIC mutila a formação de jovens pesquisadores em domínios que são indiscutivelmente relevantes, como indicam as normativas dos países que lideram a pesquisa científica e tecnológica em todo o mundo.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em funcionamento há quase trinta anos, se consolidou como política fundamental para a formação de novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras, permitindo uma primeira experiência de investigação que desdobra visivelmente na qualificação das pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação. Trata-se, assim, de um Programa com importantes efeitos sobre o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Conforme já apontado por outras manifestações, por exemplo a [Carta Aberta das Pró-Reitorias de Pesquisa do CRUESP](#) e a da [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências](#), ambas de 29 de abril de 2020, ainda que seja legítimo que uma instituição pública opere com a definição de prioridades, no quadro de planejamentos estratégicos e de uma visão de desenvolvimento global do sistema de CT&I, é preocupante que tal definição seja realizada de forma autoritária, sem consulta à comunidade científica e apoiada em uma visão restritiva de ciência, como se seu valor se medisse simplesmente pelo que as tecnologias podem gerar. Pesquisadores e pesquisadoras sabemos bem que o conhecimento científico consiste num diálogo de longa duração com os campos de investigação a que estamos ligados, campos constituídos por conhecimentos acumulados em livros, artigos, técnicas e métodos, que são *atualizados* no processo da formação de novas gerações e no enfrentamento de nossos problemas de pesquisa. Nenhuma inovação consiste em “raio em céu azul” e mesmo as intuições mais inspiradas dependem de um paciente e trabalhoso processo de aprendizagem do que nosso campo foi capaz de acumular. Mais do que isso: se a especialização se constitui em vetor fundamental para o adensamento de campos e áreas científicas, o diálogo interdisciplinar mostra-se imprescindível para a renovação de questões de pesquisa capazes de avanços e pertinência a seu próprio tempo histórico. É o que se passa neste momento, em meio ao ineditismo de uma pandemia que traz novos desafios aos sistemas públicos nacionais de saúde e de educação - e altera radicalmente as formas de sociabilidade humana e de relação com o que chamamos de natureza, possivelmente de modo permanente -, e que coloca em cena o esgotamento de modos de produção e de vida, regimes ecológicos e sistemas institucionais democráticos. A pandemia, assim, convoca todos os saberes em suas mais variadas expressões para que sejamos capazes de enfrentar a sua complexidade dos pontos de vista prático e teórico (dimensões inseparáveis, como sabemos); do ângulo técnico, social, cultural, econômico e político.

Por tais razões, endossamos a posição de que a pesquisa básica e as ciências humanas e sociais são fundamentais para o enfrentamento dos desafios contemporâneos; mais do que isso, as ciências humanas e sociais são imprescindíveis para a formulação de respostas à altura das especificidades de um país de dimensões continentais e marcado por desigualdades

abissais como o nosso: excluir projetos de pesquisa básica e das humanidades neste momento é condenar à ineficiência e ineficácia mesmo as políticas mais bem intencionadas para gestão da pandemia. A revisão dessas diretrizes mostra-se, assim, mais do que necessária e urgente. As ciências humanas e as pesquisas de base devem estar contempladas de forma isonômica nestes e em outros editais de apoio à pesquisa e programas de bolsas do CNPq, bem como de outras agências de fomento, sob pena de vermos radicalmente comprometidos a formação de pesquisadores, o conhecimento e o futuro do país.

Reiteramos, portanto, os apelos de diferentes organizações da comunidade científica para que seja aberto um processo decisório mais plural, com a participação da comunidade científica, para que qualquer priorização de áreas de investimento não tenha como consequência a mutilação de um sistema nacional de ciência e tecnologia que exigiu tempo, dedicação e tantos recursos econômicos, sociais e humanos, para ser erigido.

São Paulo, 13 de maio de 2020.